

Encargos e mudanças

A PESAR das ressalvas que possa merecer em vários pontos da sua configuração tão abrangente, transmite de imediato uma imagem positiva o elenco de medidas administrativas, financeiras e fiscais que o Governo acaba de enviar ao Congresso. Medidas destinadas basicamente a reduzir o déficit público para o melhor combate à inflação, mas procurando também conciliar os interesses de caixa do Tesouro com o atendimento das prioridades sociais da Nova República e da velha realidade brasileira.

A LÉM DISSO, as propostas têm o mérito de considerar como fatores igualmente importantes no tratamento eficaz da crise os aspectos da desestatização, da desregulação da economia, do maior controle das despesas e dos próprios investimentos governamentais, da moralização administrativa (antidesperdício, antiempregoismo etc.), da imposição de critérios de equilíbrio e de sobriedade ao exercício do poder público. Assim, esse volumoso e variado pacote de fim de ano sai do plano puramente estratégico, episódico, para assumir compromissos com as exigências permanentes, democráticas e éticas dos nossos problemas, os quais não podem faltar em qualquer projeto de mudança que se queira levar a sério.

O GOVERNO soube aproveitar a oportunidade para converter a procura de recursos destinados ao financiamento do déficit em mecanismos de arrecadação que ao mesmo tempo ampliassem as disponibilidades financeiras imprescindíveis à execução de programas sociais dramáticos, como

os dirigidos aos bolsões de fome absoluta. Dessa maneira o pacote abre janelas na sua conformação fazendária e fiscalista e habilita-se a conquistar uma maior adesão da sociedade.

BEM AO CONTRÁRIO do que chegou a ser temido, as mudanças propostas na sistemática do imposto de renda resultam em beneficiar aquelas faixas assalariadas que já não têm realmente como suportar qualquer novo acréscimo de carga tributária, limitando-se o gravame aos salários de alto nível. A retenção do imposto na fonte, para as classes intermediárias, torna-se menos leonina e confiscatória e vai baixar o nível de escândalo a que atingiu o espetáculo das restituições.

OS EFEITOS do pacote sobre o mercado financeiro já não serão aqueles inicialmente previstos e temidos, pois as taxações propostas se situam em parâmetros bastante assimiláveis. E a própria reação altista das Bolsas se encarregou de demonstrar a compatibilidade desejável entre uma política de refreamento da especulação financeira e a evolução saudável do mercado de capitais.

NOS MEIOS empresariais não falta quem se coloque diante do pacote em atitude de dúvida e mesmo de apreensão, receando consequências de estrangulamento da atividade produtiva e do potencial de investimento numa hora em que a economia experimenta o clima da recuperação. Tudo isso, porém, passa a depender de avaliações mais detidas, sabendo-se de resto que as medidas econômi-

cas e fiscais podem sofrer alterações no Congresso.

DIFERENÇAS entre o projeto e a sua prática sempre existindo, pois a realidade trabalha com elementos que nenhum Governo, por mais poderoso, consegue controlar. Os riscos dos repasses ao consumidor estarão fatalmente colocados em pauta, pelo que se frustrariam em parte as intenções redistributivas da autoridade.

O TRATAMENTO mais benigno via imposto de renda apenas, porém, não livrará os assalariados e a classe média em geral das pressões crescentes dos impostos indiretos e de outros preços e custos que a inflação arrasta consigo.

EM TERMOS quantitativos, parece de modesta significação o esforço a que se dedicaram os dirigentes da política econômico-financeira. Provavelmente haveria margem para um corte mais profundo nas despesas de custeio, não fossem tão poderosas as resistências orçamentárias e de prestígio encasteladas no comando das empresas estatais.

IDEALMENTE o Governo talvez pudesse até dispensar por completo o expediente tributário se aplicasse o bisturi fiscal na própria carne, liberando o contribuinte e o consumidor, as pessoas físicas e as empresas, de encargos ou sacrifícios adicionais. Não podemos, entretanto, abandonar os pressupostos realistas, tanto mais numa sociedade aberta. Pior do que tudo seria o imobilismo diante dos desafios. Em vez disso, tenta-se dar um importante passo à frente.